

aplicável a legislação especial nos “contratos antigos”, sendo utilizados, principalmente a boa-fé objetiva prevista no Código de Defesa do Consumidor. Conclusão: os casos julgados pelo TJ/RS, envolvendo abusividade de cláusulas de contrato de saúde, estão relacionados a questões econômicas, normalmente direcionados para resolver reajustes de preço fixados nos contratos. Igualmente, pode-se perceber que o tribunal não produz decisões variantes que acarretam insegurança jurídica aos usuários de planos de saúde, pois utiliza o critério legal para resolver a maioria dos casos. Unitermos: Direito à saúde; Direito do consumidor; Cláusula abusiva.

P1546

Alteração do registro civil por pessoa transexual: uma análise jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça

Gabriela Fernandez de Medeiros, Diego Pereira Viégas, Jessyca Ramos Pereira, Leonardo Stoll de Moraes - UCPel

Introdução: O direito ao nome é bem da personalidade humana e tem por função básica a individualização e a identificação da pessoa natural. Ocorre que a questão da aquisição do nome individual não é simples, principalmente quando associada à reivindicação da alteração do registro civil de pessoa transexual. Objetivo: avaliar quais os requisitos exigidos para modificação do prenome de pessoa transexual no registro civil, em casos julgados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Método: realizou-se uma pesquisa jurisprudencial no site oficial do STJ, a partir dos descritores: “alteração de registro civil” e “transexual”. A pesquisa foi realizada retrospectivamente no mês de julho de 2018. Os dados empíricos foram analisados de forma qualitativa, a fim de obter os posicionamentos de cada ministro. Resultados: foram localizados 28 documentos. Desses, 04 (quatro) são acórdãos, 21 são decisões monocráticas e 03 (três) são informativos de jurisprudência. Sobre a qualificação das partes, verifica-se 100% dos requerentes são biologicamente do sexo masculino e visam alterar o seu prenome ao seu gênero feminino. Na análise da totalidade das decisões encontradas, identifica-se que em 32% (n=7) dos casos os ministros determinam que para modificação do prenome há a necessidade de ser comprovada a cirurgia de transgenitalização. Em contraste, em 36% (n=8) das decisões os ministros compreendem que não há a necessidade de intervenção cirúrgica. Já em 32% (n=7) dos casos não há menção sobre o tópico, sendo concedido o pedido de alteração. Outro dado relevante, é que em 64% (n=14) das decisões é determinado que seja feita nota à margem do registro, notificando que a alteração se deu por determinação judicial. Conclusão: o Superior Tribunal de Justiça não oferece segurança jurídica às pessoas transexuais, visto que os posicionamentos dos ministros variam. Alguns compreendem que a transexualidade é uma patologia, sendo a cirurgia de redesignação de sexo o tratamento recomendado que legitima o direito subjetivo de alteração do registro civil. Outros concedem o pedido, independente de intervenção cirúrgica. Porém, em nenhum dos casos há menção de que o princípio do livre desenvolvimento da personalidade humana garante a cada pessoa escolher autonomamente sua identidade de gênero, e por esse motivo todos devem ser reconhecidos por quem se é. Desta forma, as posições do STJ, contribuem para discriminação injusta desse grupo minoritário. Unitermos: Pessoa transexual; Direito à alteração do prenome; Direitos da personalidade.

P1674

Perfil de acidentes em relação ao traçado, pavimentação e modelo da via, no Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 2012 e 2016

Gustavo Gaynett Leturiondo, Vanessa Loss Volpatto, Vinícius Serafini Roglio, Juliana Nichterwitz Scherer, Flavio Pechansky - HCPA

Introdução: Sabe-se que três fatores influenciam diretamente na ocorrência de acidentes, sendo estes: as estradas, os condutores e os veículos. No que se refere ao planejamento de estradas, estas podem ser planejadas, desenhadas e dimensionadas a fim de melhorar as suas características tendo como reflexo a diminuição de acidentes. Identificar características que tornem as vias mais seguras pode ser um fator relevante para reduzir os riscos de colisões de trânsito e implementar ações preventivas. Objetivo: Avaliar o perfil de acidentes conforme o traçado, a pavimentação e o modelo da via, no estado do Rio Grande do Sul. Método: Foram analisados 56.454 casos de colisões retirados do banco Unidas, reportado pela PRF entre os anos de 2012 e 2016. Associações foram investigadas por estimação de razões de prevalência, através de um modelo de regressão de Poisson com variância robusta. Trata-se de uma análise de dados secundários oriunda de um estudo transversal. Foram avaliados o tipo de traçado da via (retas, curvas ou cruzamentos), situação de pavimentação (urbana ou rural) e modelo de via (simples, duplas ou múltiplas) com a ocorrência ou não de vítimas. Resultados: Da amostra, 33,3% (n=18.816) das colisões apresentaram vítimas, enquanto 66,7% (n=37.639) não. A prevalência de acidentes com vítimas é 16,7% maior em traçados curvos e 5,9% maior em traçados de reta, quando comparados aos cruzamentos (GC: 18%, GR: 70,9%, RP=1,167; C:11,1%, RP=1,059). Quando considerado o modelo de via, essa prevalência se torna 59,5% maior em pistas simples e 16,6% maior em pistas duplas, em relação às múltiplas (PS: 61,4%, PD: 29,1%, RP=1,59; PM: 9,6%, RP=1,16). A prevalência de acidentes com vítimas é 4,7% maior em estradas rurais em contraponto com urbanas (R: 42,5%, U: 57,5%, RP=1,047). Discussão: As curvas são responsáveis pelas mudanças de sentido nos traçados das vias, contudo implicam em maiores índices de acidentes. Fatores como raios de curvatura mais seguros juntamente com uma superelevação mais adequada, podem amenizar essas condições. Quando duplicamos ou até mesmo multiplicamos pistas, viabilizamos que ultrapassagens indevidas sejam feitas, fator que pode ser determinante na diminuição dos acidentes em pistas simples. Majoritariamente, pistas urbanas são pavimentadas, o que implica em uma melhor condição de rodagem para os veículos, diferentemente das vias rurais que quase que em exclusividade não são, podendo dar significância aos maiores números de acidentes. Unitermos: Trânsito; Estradas; Colisões.

P1702

Relações entre a comunicação e a política nacional de humanização em hospitais universitários públicos

Camila Caroline Barths, Karla Maria Müller - UFRGS

Apresentação: considera-se que as ações estratégicas de comunicação organizacional em instituições de saúde podem transformar os relacionamentos estabelecidos neste contexto. Desta forma, o estudo propõe demonstrar como a comunicação está inserida na Política Nacional de Humanização (PNH) e como estão evidenciados nos documentos de gestão dos Hospitais Universitários Públicos (HU's). Os documentos, neste caso, são formas de determinar ações nas organizações e representam as falas oficiais. Para realizar a pesquisa, transita-se pelos temas que integram a comunicação organizacional, como relacionamento, gestão, contexto sociocultural e o poder simbólico. Objetivos: identificar como a comunicação é acionada na PNH, verificar se os documentos de gestão dos HU's demonstram relação com a PNH com a comunicação e se existe algum tipo de concretização da Política. Métodos: análise documental da PNH e dos documentos de gestão de Hospitais Universitários Públicos em planejamentos e relatórios de cinco HU's do Brasil, um em cada região, com recorte das informações que possuíam relação com os temas.

Resultados: Apesar de a PNH acionar a comunicação, os documentos demonstram dissociação entre comunicação e humanização, embora relatem melhoria dos processos e mencionem a comunicação como solução para problemas de relacionamento entre áreas dentro do HU. Além disso, a humanização é citada como melhoria de qualidade no atendimento. Por meio da análise dos documentos, não se percebeu concretização da PNH, mas sim planejamentos referentes ao tema humanização, sem embasamentos e planejamentos ligados à humanização. Conclusões: verificou-se que os documentos não demonstram colaboração para a concretização da PNH e que há espaço para melhorias na articulação entre comunicação e PNH. A interação e participação dos públicos, que propõe a PNH, não deveria ser vista apenas como algo direcionado para os pacientes, mas também aos funcionários e toda comunidade que se relaciona de alguma maneira com os HU's. Considera-se que essas temáticas proporcionam o avanço dos estudos em comunicação através das abordagens e transformações sociais que podem evidenciar, principalmente, na articulação das práticas comunicacionais nas organizações com o Campo da Saúde. Unitermos: Comunicação; PNH; Hospitais Universitários.

P1858

A marca atrelada ao posicionamento estratégico do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA): videnciando as competências organizacionais através do design

Larissa Hetzel Crippa, Guilherme Mendes Pereira - HCPA

Introdução: O posicionamento estratégico de uma empresa é a maneira como ela deseja ser percebida pelos públicos e o design da identidade da marca é fundamental nesse sentido. Desde 2014 o HCPA vem trabalhando na definição de seu posicionamento estratégico. Com isso, a marca institucional passou a ser acompanhada de elementos gráficos, associando um conjunto de valores subjetivos a sua imagem. Objetivo: A marca de uma empresa é a forma de identificá-la e compõe sua identidade. Mas, além disso, outros atributos são importantes, como a expertise e qualidade de serviços oferecidos. Buscando a diferenciação, lembrança e proximidade com o público externo e ainda a segmentação para os públicos internos, o posicionamento estratégico do HCPA foi revisto em 2018, com o intuito de comunicar novos valores. E, mais uma vez, o design teve um papel importante na configuração deste produto. Métodos: Reuniões de brainstorming entre a equipe de comunicação foram o ponto de partida para o desenvolvimento do posicionamento. Através da análise das características organizacionais, com foco na visão do hospital de Transformar realidades com inovação em saúde definiu-se o posicionamento Transformando realidades e posteriormente, derivações para os diferentes públicos internos. Seguiram-se as etapas de elaboração de assinaturas gráficas, com reunião entre a equipe de design, projeção da assinatura visual e de padronização, atendendo as diretrizes do Manual de Identidade Institucional e comunicando os novos valores. Resultados: Atualização do posicionamento no design da marca para refletir o momento atual do HCPA. Organização visual dos produtos de comunicação institucional através da identificação das áreas: Transformando realidades com você (para gestão de pessoas), Transformando realidades com responsabilidade (sustentabilidade ambiental e financeira), Transformando realidades com qualidade e segurança (para a qualidade e segurança do paciente), Transformando realidades com conhecimento (para a pesquisa e o ensino). Aprimoramento da comunicação com seus públicos internos através de assinaturas específicas. Diferenciação e reforço visual da marca junto aos públicos externos. Conclusão: O novo posicionamento destaca as características organizacionais do HCPA, informando aos seus públicos a visão do hospital. O design mais leve e atual das assinaturas junto a marca aproximam o hospital de seus públicos, reforçando valores institucionais e a própria marca do hospital. Unitermos: Posicionamento estratégico; Identidade visual; Comunicação.

CIRURGIA E ANESTESIOLOGIA

P1243

A estimulação elétrica periférica do nervo acessório ativa áreas do córtex cerebral relacionadas ao processamento da dor

Maitê Costa Ferreira, Janete Shatkoski Bandeira, Wolnei Caumo - UFRGS

Introdução: A técnica de estimulação elétrica periférica (PES) parece modificar o modo como os neurônios interagem entre si, desde a medula até o córtex cerebral. Considerando a alta prevalência de dor crônica na população, a PES tem sido estudada como uma possível complementação à terapia farmacológica. O nervo acessório contém fibras motoras e sensitivas, e a literatura sugere que ele seja um bom alvo para a PES com vistas a aliviar quadros dolorosos tais como, por exemplo, o de síndrome miofascial. Um método para avaliar atividade metabólica de áreas de interesse do córtex cerebral é a espectroscopia funcional por infravermelho (fNIRS), que avalia variações nas concentrações de hemoglobina oxigenada (HbO) e desoxigenada (HbR), a partir da emissão e captação de frequências específicas de ondas de luz. Objetivos: Avaliar se a aplicação de PES no nervo acessório resulta em mudanças hemodinâmicas do córtex motor-sensorial (SMC) e do córtex pré-frontal dorsolateral (DLPFC) distintas à estimulação SHAM. Métodos: Neste estudo randomizado, cruzado e controlado, quinze voluntários homens, saudáveis e destros, com idade entre 20 e 55 anos, foram randomizados entre estimulação ativa ou sham do nervo acessório espinal direito. A intervenção ativa consistiu em 10 segundos de estimulação à intensidade de 10 Hz, alternada com 20 segundos de repouso, durante 12 minutos. Após um período de washout de seis dias e cross-over, os participantes realizaram a segunda intervenção. As respostas hemodinâmicas bilaterais do DLPFC e SMC foram avaliadas por fNIRS em sistema de 40 canais. As variações nas concentrações relativas de HbO durante a estimulação foram parâmetros para avaliação da atividade cortical. Resultados: A variação observada nas concentrações relativas de HbO durante a estimulação foi significativamente maior no grupo ativo em relação ao sham nas áreas de DLPFC direito ($p=0,025$) e SMC esquerdo ($p=0,042$). Com relação ao SMC direito e ao DLPFC esquerdo, não houve diferença significativa entre o grupo ativo e o sham. Conclusões: A estimulação elétrica periférica do nervo acessório resultou em ativação cortical significativa do DLPFC ipsilateral e do SMC contralateral, áreas do córtex cerebral relacionadas ao processamento da dor. Estes resultados estão de acordo com as conclusões de estudos prévios e podem servir como evidência adicional para novos estudos e para otimizar o uso da estimulação elétrica periférica no tratamento de indivíduos com dor crônica. Unitermos: Dor; Estimulação Elétrica Periférica; fNIRS.